

POLÍTICAS LIBERAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DÉCADAS DE 80 E 90

Everaldo da Silva¹
Wellington Lima Amorim²
Marialva Moog Pinto³

RESUMO

Este artigo busca apresentar as principais políticas liberais e os motivos que impulsionaram seu surgimento. Neste sentido, é necessário entender o Liberalismo e ainda o Neoliberalismo, que embora possa ser considerada outra doutrina, ela se constitui como uma continuidade do Liberalismo clássico, porém em outro espaço e tempo, sócio-político-econômico. Sendo assim, é importante abordar o Consenso de Washington, pois está intimamente relacionado a estas duas doutrinas. O presente estudo tem como objetivo, discutir como esta temática influenciou as políticas liberais no Brasil, a partir das décadas de 80 e 90. Trata-se de um estudo bibliográfico que toma os governos Collor e FHC como cenário do processo econômico em questão. O Brasil sempre passa por momentos econômicos difíceis, assim como muitos países, em especial da América Latina, e no período estudado, não poderia deixar de partilhar as determinações do Consenso de Washington que tinha como pressuposto auxiliar os países em desenvolvimento com seus problemas internos.

Palavras-chave: Liberalismo; Políticas Liberais; Governos Collor e FHC.

LIBERAL POLICIES IN BRAZIL: AN ANALYSIS FROM THE DECADES OF 80 AND 90

ABSTRACT

This article aims to present the main liberal policies and the reasons that have driven its emergence. In this sense, it is necessary to understand Liberalism and also the Neoliberalism, which although it may be considered another doctrine, it is as a continuation of classical liberalism, but in another space and time, socio-political and economic. Therefore, it is important to address the Washington Consensus, because it is closely related to these two doctrines. This study aims to discuss how this issue influenced the liberal policies in Brazil, from the decades of 80 and 90. This is a bibliographic study that takes the Collor and FHC governments as a backdrop of the economic process in question. Brazil has always goes through tough economic times, and many countries, particularly in Latin America, and the study period, I could not share Washington Consensus determinations that had presupposed assist developing countries with their internal problems.

Keywords: Liberalism; Liberal policies; Governments Collor and FHC.

JEL: P16.

¹ Sociólogo. Doutor em Sociologia Política (UFSC). Professor e Pesquisador dos Mestrados em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação Básica na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: prof.evesilva@gmail.com

² Filósofo. Doutor em Ciências Humanas (UFSC). Professor na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: wellington.amorim@gmail.com

³ Pedagoga. Doutora em Educação (UNISINOS/RS - Universidade de Sevilla/ES). Professora e Pesquisadora dos Mestrados em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação Básica na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. E-mail: marialvamoog@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

O liberalismo é uma doutrina político-econômica que surgiu na Europa, no final do século XVIII, em um período de transformação visando a Liberdade, o Progresso e o Homem. Neste processo buscava-se diminuir as desigualdades sociais, garantir os direitos naturais individuais, e a livre aquisição da posse e dos bens, alcançando a satisfação dos desejos e necessidades da humanidade. Sendo o liberalismo, uma doutrina que se desenvolveu em condições de grandes desigualdades sociais, seu fracasso ocorreu com a crise pós I Guerra Mundial, quando os países europeus fracassados submeteram-se a sistemas totalitários como o fascismo, socialismo.

O liberalismo possui vertentes econômicas, políticas e sociais, que se traduzem da seguinte forma: liberalismo econômico, que esteve muito próximo do capitalismo; o liberalismo político rechaçava a interferência do Estado nos direitos fundamentais como à vida, à felicidade e à liberdade; e do ponto de vista social o liberalismo preocupou-se com os direitos humanos, apoiando ideias como eleições democráticas, direitos civis, liberdade de imprensa, liberdade de religião, livre comércio e a propriedade privada, impedindo a opressão do Estado. O neoliberalismo, por sua vez, é considerado por muitos, uma redefinição do liberalismo clássico. É uma forma de ver e julgar o mundo social. Embora o neoliberalismo possa ser considerado uma continuidade do liberalismo clássico, sua influência e resultados se diferenciam por pertencerem a outro espaço e tempo e está sob a influência da globalização econômica. O neoliberalismo é a consequência natural de uma sociedade consumista, influenciada por serviços e produtos de todo o mundo. Assim, o que temos hoje é um liberalismo econômico ditado pela lógica do mercado e que em algumas situações produzem desequilíbrio financeiro. Nestes casos, o Estado se mostra atuante para intervir.

O Consenso de Washington (1989), formulado por economistas de instituições financeiras como FMI, Banco Mundial, Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, com objetivo de promover o ajustamento da macroeconomia dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades, apontou dez regras fundamentais, como: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial, investimento

estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas; e direito à propriedade intelectual. Hoje, o Consenso de Washington apresenta-se inofensivo, pois a abertura de fluxos de capitais internacionais foi muito além do esperado e que poderia ser considerado prudente. Na América Latina, por exemplo, o crescimento ficou muito aquém do esperado. Sabemos que o Consenso de Washington já não dita mais as regras citadas, porém não temos outra conjuntura clara a seguir atualmente. Logo, urge compreender como esta temática influenciou as políticas liberais no Brasil, a partir das décadas de 80 e 90. Trata-se de um estudo bibliográfico que tem como objetivo discutir a influência do Consenso de Washington na abertura do fluxo de capital nas décadas de 80 e 90 no Brasil, nos governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso.

2 DUAS DÉCADAS DE POLÍTICAS NEOLIBERAIS

A década de 80, foi um período que se evidenciou um grande desequilíbrio e desigualdades sociais extremas. Segundo o sociólogo Boaventura de Sousa Santos (1994, p.19),

a década de oitenta é sem dúvida uma década para esquecer. No seu decurso, aprofundou-se, nos países centrais, a crise do Estado-Providência que já vinha da década anterior e com ela agravaram-se as desigualdades sociais e os processos de exclusão social (30% dos americanos estão excluídos de qualquer esquema de segurança social) e de tal modo que estes países assumiram algumas características que pareciam ser típicas dos países periféricos. [...] Na década de oitenta morreram de fome em África mais pessoas que em todas as décadas anteriores do século.

Nos anos 80, houve uma enorme crise estrutural e a dívida de vários países, atingiu a América Latina, a Europa Central e Oriental. A supervalorização do dólar pelos Estados Unidos, elevou as economias dos países exportadores; simultaneamente ocorreu a acumulação de superávit nas economias da Alemanha e do Japão. Os EUA se endividaram e passaram a emitir títulos da dívida pública em grande quantidade. Entretanto, o próprio Japão, que sempre adotou políticas fiscais severas em contraposição a políticas monetárias fracas, alterou sua política econômica, aplicando uma reforma monetária e financeira, obrigando o setor privado a financiar seu superávit comercial sem onerar o Tesouro. Mesmo assim, “não interrompeu o seu processo de reestruturação que o fez superar a crise rapidamente

e tornar-se a maior potência industrial a partir de meados dos anos 80” (TAVARES, 1992, p. 27). No final da década de 80, foram elaboradas pelo *International Institute for Economy*, liderado pelo economista John Williansom, as bases das reformas econômicas que deveriam tirar a América Latina da estagnação econômica (a década de 80 foi tida como a década perdida). Estava criado neste momento, o Consenso de Washington, que foi adotado por vários países, dentre eles o Brasil. Este movimento é considerado como um retorno a teoria clássica do liberalismo econômico, isto porque os

[...] principais pontos da reforma constitucional impostos pelo representante oficial do neoliberalismo no Brasil, Fernando Henrique Cardoso, numa explícita vinculação aos ditames do chamado ‘Consenso de Washington’, que são: ajuste fiscal; redução do tamanho do Estado; fim das restrições ao capital externo (eliminar todo e qualquer empecilho ao capital especulativo ou vindo do exterior); abertura do sistema financeiro (fim das restrições para que as instituições financeiras possam atuar em igualdade de condições com as do país); desregulamentação (redução das regras governamentais para o funcionamento da economia); reestruturação do sistema previdenciário. A estes pontos são contrapostos os “avanços” da Constituição de 1988 em cada matéria correspondente, os quais, no entanto, apenas consagravam (no caso de alguns direitos sociais) conquistas já em vigor pela ação do movimento operário e popular quando não a simples defesa do capital monopolista nacional ou estrangeiro instalado no país [...] (COGGIOLA; KATZ, 1995, p. 196).

Com o documento elaborado e distribuído como modelo de estrutura, os novos liberais começaram a fomentar que, na nova década, no novo milênio, os países que quisessem estar inseridos no conceito de países desenvolvidos deveriam seguir a cartilha, caso contrário, seriam alijados, jogados à própria sorte, mesmo que a cartilha continuasse a pregar o modelo requerido por países capitalistas, os quais estariam em busca de um porto seguro para a aplicação de seus capitais, voláteis ou não. Os ditames do chamado Consenso de Washington tiveram seu ponto alto de comprometimento na liberalização da atuação dos setores financeiros, promovendo uma política de equidade entre os capitais nacionais e estrangeiros, sem discriminação tributária e, principalmente, com o afastamento do Estado. As políticas fortes de abertura continuaram com a eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimentos estrangeiros diretos, privatizações, promovendo a venda de empresas estatais. Outro ponto marcante foi a desregulamentação, com a redução da legislação de controle nos processos econômicos do setor relacionado ao trabalho. No plano das políticas públicas, tivemos o surgimento do período

caracterizado de neoliberalismo⁴ através de dois chefes de Estado: Ronald Reagan, nos EUA, e o de Margareth Thatcher, na Inglaterra.

Cabe lembrar que é um erro conceitual denominar liberalismo de neoliberalismo. E por isso, o conceito de neoliberalismo acaba por ser assumido pelo senso comum, como o representante do livre mercado, o dismantelamento do Estado e do bem estar social. Aceitar este conceito é cair na falácia marxista. Não existe neoliberalismo, mas liberalismo econômico. No decorrer desta discussão evitaremos este conceito e usaremos liberalismo, com exceção das citações, respeitando o pensamento de cada autor. Realizada esta advertência, na década de 80, Reagan destruiu as organizações sindicais e acabou com a greve dos controladores da navegação aérea, já Thatcher adotou políticas de liberalização, de desregulamentação e de privatização, destruindo o corporativismo dos mineiros, os trabalhadores gráficos e da imprensa, os trabalhadores dos hospitais e os ferroviários. Pode-se denominar de liberalismo a prática político-econômica baseada nas ideias dos pensadores monetaristas, representados, fundamentalmente, por Milton Friedman, dos EUA, e Friedrich August Von Hayek, da Grã Bretanha. O texto fundador deste movimento teórico e político é a obra de Hayek, *O caminho da Servidão*, escrito em 1944, com o objetivo fundamental de atacar a ascensão do Partido Trabalhista inglês, nas vésperas da eleição geral, quando esse partido efetivamente sairia vitorioso na Inglaterra. Após a crise do petróleo de 1973, eles os novos liberais começaram a defender a ideia de que o governo já não podia mais manter os pesados investimentos que havia realizado após a II Guerra Mundial, pois agora tinham déficits públicos, balanças comerciais negativas e inflação. Nesse contexto, os governos deveriam adotar

⁴ Alguns autores preferem chamar de neoconservadorismo, ver Coggiola (1995).

[...] políticas ditas neoliberais, especialmente aquelas destinadas a varrer conquistas históricas dos trabalhadores (reajuste automático dos salários, estabilidade de emprego, educação laica e gratuita, acesso e até existência de um serviço público em geral etc.), constituem claramente uma tentativa de descarregar a crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores. As privatizações, fechamento de empresas, bloqueios à produção, destruição dos serviços públicos, não expressam uma ideologia determinada, mas veiculam o método fundamental do capitalismo para sair da crise e reconstituir suas margens de lucro: a destruição do potencial produtivo historicamente criado pela sociedade, que torna evidente o conflito entre o desenvolvimento das forças produtivas sociais e as relações de produção vigentes. Essas políticas exprimem uma necessidade orgânica do capitalismo em período de crise (COGGIOLA; KATZ, 1995, p. 196).

Por isso, o liberalismo é uma oposição teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social. O Estado não deve intervir nas ações e reações do mercado. Um dos grandes inimigos era o conjunto formado pelo Estado de bem-estar social e pela intervenção estatal na economia, baseado nas teorias do economista John Maynard Keynes, que tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Para Hayek, a desigualdade social era um fator positivo e necessário para o funcionamento do capital. Um dos seus principais ideários seria o “anticomunismo” (GROS, 2002). Segundo Hayek, qualquer interferência no mercado por parte do Estado representaria uma ameaça à liberdade, sendo que esta seria “o livre jogo das forças do mercado”. Hayek declarou numa entrevista ao jornal chileno *El Mercurio* que “se tivesse que escolher entre uma economia de livre mercado com um governo ditatorial ou uma economia com controles e regulações, mas com um Estado democrático, escolheria sem dúvida o primeiro” (BORON, 1995, p. 28). É importante salientar que as transformações que aconteceram no cenário macroeconômico mundial, a partir do final da década de 80, têm sido denominadas de diversas formas: “mundialização financeira” (CHESNAIS, 1997), “financeirização da riqueza” (BRAGA, 1997) ou de “tirania financeira” (FITOUSSI, 1997). Por exemplo, para Chesnais (2004) o conceito do liberalismo que acabou sendo adotado pelo senso comum, não levou em conta que “capitalismo não é apenas neoliberalismo”.

[...] Falar do neoliberalismo e não do capitalismo e da propriedade privada dos meios de produção, comunicação e troca implica aceitar a ideia de que ainda existem, na presente configuração do capitalismo (na mundialização do capital) possibilidades de regulação do mesmo, sem alterar a propriedade privada e inclusive privatizando e desnacionalizando tudo quanto se tinha exigido que fosse propriedade pública (CHESNAIS, 2004, p. 15).

Chesnais adota o termo mundialização do capital caracterizando-o como sendo mais que uma fase no processo de internacionalização do capital. Para ele, estamos vivendo numa fase do “bazar cultural mundializado” e do “centro comercial mundializado”, porque

isto é certamente importante, para compreender certos aspectos da mundialização; medir o alcance da transformação, ao longo dos anos 80, das chamadas indústrias de “mídia” em campo importantíssimo da valorização do capital (primeiro para os capitais americanos, depois para os grupos japoneses). Ao se organizarem para produzir mercadorias cada vez mais padronizadas, sob forma de telenovelas, filmes da nova geração hollywoodiana, vídeos, discos e fitas musicais, e para distribuí-los em escala planetária, explorando as novas tecnologias de telecomunicações por satélite e por cabo, essas indústrias tiveram, ao mesmo tempo, um papel importante em reforçar o nivelamento da cultura e, com isso, a homogeneização da demanda a ser atendida a nível mundial (CHESNAIS, 1996, p. 40-41).

Para Chesnais (1997, p. 24), a mundialização não teve início em 1989, com a queda do Muro de Berlim, nem em 1991, (com a decadência do regime soviético), mas dez anos antes, no limiar da década de 80, ou seja, é aí que se situa o momento em que as forças políticas mais antissociais dos países da OCDE iniciaram o processo de liberalização, de desregulamentação e de privatização. Eles puderam fazê-lo explorando em benefício próprio o refluxo iniciado pela ação de todos os dirigentes políticos e sindicais que contribuíram para conter e moderar o potencial verdadeiramente democrático e, por isso, anticapitalista, dos grandes movimentos sociais – operários e estudantis – que demarcaram a década de 1968-78 na Europa, assim como nos Estados Unidos.

O termo “mundialização do capital” é o que mais designa o quadro político e institucional que teve início nos anos 80 e continua presente ainda hoje, só que mais forte, sob a égide dos Estados Unidos, “de um modo de funcionamento específico do capitalismo predominantemente financeiro e rentista, situado no quadro ou no prolongamento direto do estágio do imperialismo” (CHESNAIS, 1997, p. 46). Destarte, o que podemos concluir da análise diferenciada sobre o conceito de liberalismo é que a nova ordem mundial marcada pelo regime de acumulação (predominantemente financeiro) inseriu cada vez mais os países em fase de desenvolvimento num processo de interdependência contínua dos países desenvolvidos. De qualquer forma, os ditames liberais acabaram por contribuir para

a expansão do mundo capitalista durante a década de 80 que, sem sombra de dúvidas, continuou sendo dos Estados Unidos, o qual teve o período de crescimento mais longo desde o pós-guerra.

Devido à sua superioridade no domínio das finanças, assim como à adequação de suas relações de classe mais acabada do que em qualquer outro grande Estado, o seu sistema político e a sua filosofia social em relação às forças fundamentais da valorização do capital, os Estados Unidos estão em posição ideal para ditar, passo a passo, as regras do jogo da ordem capitalista mundial, que são também as que melhor lhe convêm (CHESNAIS, 1997, p. 26).

Segundo Coutinho (apud MIRANDA, 2004, p. 45) na década de 80,

[...] os empréstimos internacionais e o destino do dinheiro são mais direcionados para o movimento de especulação financeira do que para o financiamento da produção. A principal exceção a esta tendência parece ser o Leste Asiático, onde a expansão financeira foi acompanhada por um rápido crescimento do comércio e da produção, pois contou com um programa de planejamento governamental envolvendo empresários e trabalhadores.

Como condição para renegociação de dívidas assumidas junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Banco Mundial, vários países também tiveram que ajustar seus modelos econômicos aos programas liberais. Entre eles podemos citar: a Bolívia, em 1985; o México com o governo de Salinas de Gortari, em 1988; novamente a Argentina, em 1989, no governo de Carlos Menen; na Venezuela com o governo Carlos Andrés Perez e o Peru, no governo de Alberto Fujimori. No Brasil, o modelo liberal teve seu início como o governo de Fernando Collor de Mello, em 1989, seguindo-se pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994 (MIRANDA, 2004). A partir dessa constatação, verifica-se que os efeitos da mundialização do capital no Brasil tiveram início também na década de 80, quando as indústrias brasileiras tinham alcançado um alto grau de integração intersetorial e diversificação da produção. De acordo com o Censo Industrial de 1980, os bens de capital, bens de consumo durável e o setor automobilístico, que representavam 47,5% da produção industrial total em 1970, foram em 1980 responsáveis por 58,8% do produto total da indústria. É importante ressaltar que em 1980, as três economias mais desenvolvidas tinham, aproximadamente, dois terços da sua produção

industrial originada destes setores: 64,4% no caso dos EUA, 64,5% no Japão e 69,8% na Alemanha Ocidental (CASSIOLATO, 1992).

No Brasil, conforme Antunes (2002), a partir da década de 80 e, principalmente, nos países de capitalismo avançado, ocorreram profundas mudanças no mundo do trabalho, tanto nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, quanto nas formas de representação sindical e política. “Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser” (ANTUNES, 2002, p.23, grifos do autor).

Na década de 80, o Brasil encontrava-se em total estado de subdesenvolvimento, com grande endividamento, tendo esgotado sua capacidade de acumular capital e criar um crescimento econômico sustentado. Dentre os fatores exógenos, podemos destacar os problemas com inflação, diminuição das reservas e crescimento vertiginoso da pobreza e miséria. No final dos anos 80, o Brasil estava numa situação em que o Estado não conseguia reverter a situação em que se encontrava a organização industrial e nem fortalecer as empresas nacionais. Nesse contexto, tivemos a impossibilidade de desenvolvimento e o esgotamento financeiro e fiscal do Estado. A década de 80, aliás, foi a do pior desempenho da América Latina, como mostra a tabela 1:

TABELA 1 - América Latina: Evolução Histórica da Pobreza (%) - 1960 - 1999

	1960	1970	1980	1990	1999
Pobreza em domicílios	51%	40%	34,7%	41,0%	35,3%
Número de pobres (milhões)	-	-	135,9	200,2	211,4
Porcentagem de pobres	-	47%	40,5%	48,3%	43,8%
Indigência em domicílios	26%	19%	15,0%	17,7%	13,9%
Número de indigentes (milhões)	-	-	62,4	93,4	89,4
Porcentagem de indigentes	-	-	18,6%	22,5%	18,5%

Fonte: Tokman (1995). Estimção de 19 países da região; Porcentagem relativa aos pobres inclui os indigentes.

A Tabela demonstra que a evolução da pobreza na América Latina passa por uma clara ruptura durante os anos 80, na tendência declinante que vinha seguindo. Segundo Estenssoro (2003, p. 138):

Depois de aumentar até 1990, a pobreza e a indigência voltam aos patamares próximos dos de 1980. Porém, é importante notar que este progresso relativo não é suficiente para determinar uma redução no número absoluto de pobres. Portanto, podemos afirmar que a evolução da pobreza e da indigência não é compatível com o aumento continuado do PIB e do PIB per capita na América Latina, ou seja o crescimento econômico não está sendo revertido para quem mais precisa.

A causa mais importante para esse desequilíbrio é a desigualdade social:

O conceito de dívida social que foi usado para apontar a pobreza resultante dos mecanismos de ajuste estrutural neoliberal dos anos 1980, pode ser entendido na verdade como a persistência histórica de altas taxas de pobreza na América Latina devido a uma estrutura de distribuição de renda extremamente desigual que diz respeito ao próprio sistema capitalista da maneira como ele se implantou nas formações sociais da periferia latino-americana (ESTENSSORO, 2003, p.140).

No limiar da década de 80, o Brasil passou por uma interrupção do ciclo de industrialização, ingressando na mais longa crise de desenvolvimento desde 1840. Por conta disso, tivemos índices baixíssimos nos avanços sociais e no mercado de trabalho. Mattoso (1995, p. 42) caracteriza o mundo do trabalho na década de 80 como um dos piores em termos de segurança, marcado por uma verdadeira desordem do trabalho, havendo:

Insegurança no trabalho, visualizada no desemprego que cresce e permanece. Este desemprego, no entanto, é distinto do existente em fases anteriores, em suas formas (estrutural, de longa duração, afetando mais intensamente os trabalhadores mais jovens e mais velhos, os de menor instrução, inicialmente. Hoje o desemprego toca também os de elevada instrução). Este desemprego pode ser entendido como parte desta desordem do trabalho e, tal qual a ponta de um iceberg, é acompanhado de um conjunto de crescentes inseguranças, às vezes menos visíveis mas que se tornam crescentemente importantes;

Insegurança do emprego, identificada através da redução do emprego industrial, de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e da maior subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo determinado, eventuais, em tempo parcial, a domicílio ou independentes, como aprendizes, estagiários, etc;

Insegurança da renda, resultante, por um lado, do distanciamento da relação salário/produzitividade, que favoreceu o movimento crescentemente variável, instável ou sem garantia dos rendimentos do trabalho. Por outro lado, a reestruturação setorial do emprego, as maiores disparidades

salariais e desigualdades entre trabalhadores permanentes e periféricos, a redução das provisões da seguridade social e o menosprezo da tributação como mecanismo distributivo, favoreceram a deterioração da distribuição da renda e o crescimento da pobreza;

Insegurança da contratação, observada através do movimento tendencial da negociação e regulação do trabalho em direção a formas mais individualistas e promocionais em contrapartida às anteriores tendências coletivas e de proteção. Cresceu a contratação descentralizada, especialmente em nível de empresa, e ampliaram-se as formas de contrato por tempo determinado, tempo parcial, e até mesmo relações de trabalho *sem contrato*, o que terminou por favorecer a maior segmentação do mercado de trabalho; e

Insegurança na representação do trabalho, medida através da acentuada redução dos níveis de sindicalização ocorrida na década de 80 e representando a diminuição da participação das organizações de trabalhadores nos eventos sociais e o enfraquecimento de suas práticas de conflito e negociação. Ampliou-se a insegurança na organização dos trabalhadores, colocando suas representações na defensiva e, na grande maioria dos casos, reduzindo seus níveis de sindicalização.

Além disso, durante os anos 80, assistimos a um esgotamento do modelo de industrialização nacional, ocorrendo um fenômeno que até então não fazia parte da agenda pública, algumas empresas estatais foram privatizadas, eliminando vários postos de trabalho localizados, “paralelamente ao aumento do nível de emprego no conjunto do setor público estatal” (POCHMANN, 2001, p. 27). Pochmann (2001, p. 28) afirma ainda que ao longo

[...] da década de 1980, um conjunto de empresas ex-privadas foi reprivatizado. Durante o governo Figueiredo, vinte empresas estatais foram transferidas ao setor privado, como aquelas vinculadas à Riocell Celulose e Fiação e Tecelagem Lutfala. Na segunda metade da década de 1980, no governo Sarney, mais dezoito empresas estatais passaram ao setor privado. Entre as empresas privatizadas, destacaram-se os casos da Aracruz Celulose, Caraíbas Metais, Usibra, Siderurgia Cinetal e Sibra⁵.

Segundo Soares (2004), na publicação *Finanças Públicas do Brasil*, divulgada no final de dezembro de 2004 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o processo de privatização começou no governo Collor (1990 a 1992), mas a maior parte das privatizações ficou concentrada a partir de meados do primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e no início do segundo. Nos anos de 1997, 1998 e 1999, o Estado deixou de controlar 123 estatais, ou 75% do total de companhias vendidas. A partir das eleições presidenciais de 1989, que elegeram Fernando Collor de Melo como presidente,

⁵ Para melhor análise do processo de privatização brasileiro nos anos 1980, ver: Pinheiro e Landau (1995); Werneck (1987); Resende (1980) e BNDES (1991).

tivemos um consenso por parte dos governantes na adoção das políticas de estabilização e reformas estruturais liberais, propostas pelo Consenso de Washington. Dessa forma, sinalizando o esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado no país desde a década de 50 e apontando para a necessidade urgente de um programa de ajuste macroeconômico e de reestruturação produtiva (FIORI, 1993).

3 GOVERNOS COLLOR E FHC

Collor adotou e concretizou um amplo programa de “estabilização” e de reformas institucionais de cunho liberalizante, as quais seriam adotadas posteriormente por novos governos. Fiori menciona as seguintes medidas, compostas no programa econômico do governo de Fernando Collor: reforma administrativa, patrimonial e fiscal do Estado; renegociação da dívida externa; abertura comercial; liberação dos preços; desregulamentação salarial; e, sobretudo, prioridade absoluta para o mercado como orientação e caminho para uma nova integração econômica internacional e modernidade institucional (FIORI, 1993, p. 153).

O governo de Fernando Collor (1990-1992), intensificou o movimento de abertura comercial e financeira, subordinando cada vez mais a política econômica e monetária brasileira aos interesses do grande capital transnacional (desmobilizando o setor público), tendo como seus legítimos representantes os organismos financeiros internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Pochmann (2001, p. 28) alerta que com isso “o Estado deixou de ser responsável direto pelo desenvolvimento socioeconômico, afastando-se rapidamente da função de produção de bens e serviços. Em contrapartida o setor privado passou a ser o principal centro promotor da dinâmica econômica nacional”. O governo Collor também se caracterizou por táticas de ações fulminantes, procurando imobilizar o Congresso através da edição de medidas provisórias, dentre as quais destacam-se o pacote econômico que transgrediu preceitos institucionais, violando garantias e direitos básicos da cidadania, por meio de medidas de confisco de cerca de 70 a 80% do

total dos ativos financeiros, dessa forma instituindo o Plano Collor I⁶ que solapou sensivelmente a economia e a sociedade. Segundo Luiz Werneck Viana (1999, p. 14),

[...] o novo governo começa a governar a partir dos fatos consumados, aproveitando-se das medidas provisórias que, por peripécias do destino, ideadas para servir o parlamentarismo, concederam poder de império ao Executivo, já por origem de exercício forte segundo as constituições brasileiras. O chamado Plano Collor I ignora o Congresso e a correlação de forças nele existente, e, sob o pretexto de intervir sobre a situação de emergência da hiperinflação, apresenta, embutido em seu projeto de saneamento econômico-financeiro, um conjunto de medidas e de intenções com que se prepara para impor à sociedade suas reformas neoliberais. Desnecessário lembrar que, naquelas circunstâncias, recusar o plano de governo significava jogar o país na anarquia econômica, e daí para o caos político sequer se precisaria de mais um passo.

Após a década perdida de 80, tivemos a década de 90 que se consagrou por um desempenho econômico ainda pior do que o anterior, sendo que ela trouxe consigo, após cinquenta anos de progressivo aumento no trabalho assalariado e formalização das relações de trabalho, uma drástica regressão no mercado de trabalho, com o aumento de todas as formas de desemprego, terceirização, queda dos rendimentos reais e concentração de renda, transformações ocorridas principalmente após a adoção das medidas estabelecidas pelo “*Consenso de Washington*”, mas também pela implementação de um novo modelo econômico (em vez da defesa da produção e do emprego nacional, buscou-se a promoção da integração do sistema produtivo nacional à economia mundial), que teve como alicerce o desmonte do Estado ao longo dos anos 90.

No entanto, a abertura do mercado ao capital estrangeiro teve maior crescimento ao longo do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), que reforçou a implementação de programas liberais no Brasil. Como prioridade na sua política econômica, o programa de estabilização monetária foi assegurado pelo crescente investimento de capitais externos e pela sobrevalorização cambial. O chamado “Plano Real”, implantado aos poucos desde 1993⁷, intensificou as medidas de ajuste fiscal, liberalização financeira, privatização

⁶ O Plano Collor estava baseado em um conjunto de medidas provisórias, submetidas à apreciação do Congresso no dia seguinte ao da posse do presidente. Dentre as mais polêmicas destaca-se a de n.º. 168, de 15 de março de 1990, convertida, sem nenhuma modificação, na Lei n.º. 8.024.

⁷ A implantação do Plano Real teve origem no (PAI) Programa de Ação Imediata, adotado em junho de 1993, tentando-se obter equilíbrio nas contas públicas. Ocorre a introdução da URV (Unidade

e abertura comercial. Em março de 1995, desencadeia-se uma crise bancária, tendo sido adotadas políticas estatais em benefício do grande capital financeiro. Um conjunto de medidas foi adotado para segurar a fuga de capitais e, de certa forma, salvar o Plano Real. Nesse período, tivemos o início de um movimento recessivo na economia, com uma violenta restrição ao crédito e aumento da taxa de juros, gerando uma queda da atividade produtiva e dos níveis de emprego. Singer (1999, p. 34), enfatiza que o desafio brasileiro, a partir da crise de 1995, deixava de ser a inflação. Em grande medida, tais modificações já começaram a ser adotadas no decorrer da década de 80 e, mais intensamente, na década de 90, quando os princípios e programas de ação liberais dominam mais intensamente nos países considerados de economia periférica. Tavares (1995) analisa as políticas de ajuste recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para os países periféricos:

Durante a década de 80 os países periféricos foram obrigados a praticar políticas de ajuste destinadas à geração de superávits comerciais para pagar o serviço da dívida externa. Depois de 90, os países da periferia são obrigados a inverter sua política cambial e a aceitar a absorção de recursos externos de curto prazo, em resposta ao excesso de liquidez que se esparramava pelo mundo. A consequência mais importante deste movimento foi, para os países da periferia, transformá-los de exportadores líquidos de recursos em absorvedores forçados de 'poupança externa', qualquer que fosse a sua situação de balanço de pagamentos ou a sua capacidade real de absorção de investimento. Em nome da liberdade de mercado, impôs-se à América Latina uma desregulamentação financeira e cambial e uma abertura comercial indiscriminada (TAVARES, 1995, p. 2-4).

Deve-se levar em conta que os princípios e programas de ação liberais ocorreram intrinsecamente com a mudança operada no modo de produção capitalista, da passagem do fordismo-keynesianismo à acumulação flexível, com o predomínio do capital financeiro transnacional. Para Harvey o Estado

É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um 'bom clima de negócios', para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas (HARVEY, 1994, p.160).

A partir de 1980, o mercado de trabalho no Brasil passou a sofrer modificações mais estruturais, tendo continuidade logo após as diversas políticas de

Real de Valor) como referência de um padrão estável de valor em fevereiro de 1994 e a criação da nova unidade do sistema monetário nacional: o real, a partir de junho de 1994.

ajuste econômico desde 1990 com a adoção do receituário liberal, elevando sensivelmente os índices de desemprego no país. É mister afirmarmos que além das pressões financeiras convencionais, agora temos como exigência a intervenção dos países desenvolvidos no que tange a governança estatal, ou seja, os governos são obrigados a agir conforme orientações feitas por instituições como FMI (Fundo Monetário Internacional) e Banco Mundial. O liberalismo dos anos 90 foi um período de concentração de riqueza, que se deu por meio da segregação dos mercados de créditos. Procedeu-se à abertura financeira indiscriminada, à apreciação do câmbio, à elevação substancial dos juros internos. Houve empobrecimento da classe média, abrindo espaço para a oligopolização da economia. Tivemos o aumento dos grandes grupos, modernizados e competitivos; também a combinação de alta tributação e juros elevados, praticamente estagnando os investimentos públicos, o poder aquisitivo e o mercado interno. O que podemos afirmar, sem o menor constrangimento, é que essa política recomendada pelos países em desenvolvimento é deveras conveniente, porque retornando um pouco no tempo veremos que as recomendações de hoje para os países em desenvolvimento são políticas que eles mesmos não adotariam, ou seja, como bem afirma o economista alemão do século XIX, Friedrich List (1789-1846), ao estudar a história da indústria nascente inglesa:

[...] a recém criada indústria nacional não teria chance de sucesso em livre concorrência com as estrangeiras, estabelecidas havia muito mais tempo (as italianas, as hanseáticas, as belgas e as holandesas) ... Portanto, mediante um sistema de restrições, privilégios e incentivos, trataram de transplantar para o solo nacional a riqueza, o talento e o espírito empreendedor dos estrangeiros (LIST, 1885, p. 39).

List (1885) afirma que o livre-comércio somente traz benefícios para países que têm o mesmo nível de desenvolvimento industrial, mas não para os países que estão em processo de desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Em síntese, segundo Pochmann (2001, p. 29),

Os últimos dez anos voltados para a adoção de programas de reformulação do papel do Estado no Brasil repercutiram negativamente no volume de emprego referente ao conjunto das atividades sob intervenção do setor público estatal, uma vez que houve a diminuição de quase 546 mil postos diretos de trabalho. Como se pode observar, o processo de privatização, fechamento, incorporação e ajuste das empresas estatais concentrou-se fortemente sobre o nível de emprego.

Para Liliana Segnini (1998), a década de 90 foi marcada por importantes fenômenos sociais, entre os três principais destaca: a) Intenso desemprego, como consequência de práticas de gestão relativas à flexibilização funcional do trabalho, redução de níveis hierárquicos e política tecnológica direcionada para a diminuição de postos de trabalho e o aumento da produtividade; b) Terceirização e precarização do trabalho, como estratégia de redução de custos e elevação da produtividade, expressa em condições de trabalho caracterizadas por jornadas laborais mais longas, salários relativamente inferiores e maior intensificação do trabalho, quando comparadas às condições regularmente contratadas nos bancos; c) Intensificação do trabalho, em decorrência da fusão de postos de trabalho e redução de níveis hierárquicos, de um lado, e de outro, das políticas de gestão e controle do trabalho, que visam a “maximização dos resultados”.

Logo, cabe indagar: deve-se ter medo do livre mercado? O que é isto o livre mercado? Não podemos nos precipitar em uma resposta rápida e/ou irresponsável. Para analisar eventos significativos como o Consenso de Washington, temos que estar abertos para aceitar que nada é completamente nocivo ou completamente benéfico, e que todas as decisões possuem relações de poder e por isso encontram aceitação ou recusa por parte dos interessados, sejam eles, órgãos, agências ou sujeitos. Não podemos ser ingênuos e pensar que o Consenso referido é exclusivamente a favor do mercado, nem o equívoco sobre sua influência também na ordem econômica. O que realmente propôs o Consenso de Washington? Uma reestruturação do conceito de Estado, onde a eficiência deve ser o mote dos governos quando nos referimos a Economia. Atualmente, pode-se afirmar que as economias são mistas, onde alguns pressupostos do livre mercado se misturam com a planificação da economia.

Na verdade os participantes do Consenso de Washington defendiam um certo grau de planificação econômica, em nome de uma certa eficiência, chegando a defender algum grau de monopolismo. Esta corrente de pensamento está em oposição ao livre mercado, que defende a mínima intervenção do Estado, sendo este praticamente desnecessário, garantindo a livre associação entre os indivíduos. Afinal aonde o Estado põe sua mão peluda o mesmo causa diversos desvios, distorções, inclusive criando condições para o surgimento de grandes monopólios. O Consenso

de Washington propôs uma reforma da velha noção de Estado, e não pode ser considerado como uma política realmente liberal que favoreceu o livre mercado, buscando um equilíbrio das contas públicas, privatizações, algum nível de desregulamentação, reforma tributária e previdenciária. Mas ainda se obedece a lógica de controle do mercado. Se estivesse defendendo o livre mercado, tudo que fosse estatal, desde a Educação, Saúde e Segurança Pública, seria privada.

Afinal, o Banco Central com suas intervenções pontuais, consegue equilibrar esta arquitetura bizarra economicamente mista. Se adotássemos uma política de livre mercado, o Banco Central não mais emitiria moeda. Teríamos bancos privados realizando tal tarefa. O que há em comum entre o livre mercado e o Consenso de Washington, é a defesa da propriedade privada e uma economia aberta ao capital estrangeiro. Apenas isto. Por isso, quando classificam o Collor e o FHC como ex-presidentes liberais que adotaram o livre mercado como pauta de seus governos, é no mínimo falta de conhecimento, cegueira intelectual ou má-fé. São apenas reformistas, novos intervencionistas, que adotaram a cartilha do Consenso de Washington. Como se pode chamar alguém de liberal e pró-mercado, se o mesmo aumentou impostos, gastos públicos, criou agências reguladoras, apenas 8 empresas privatizadas e ainda controlou o câmbio, com os juros altíssimos? Por isso, o Estado brasileiro continuou sendo no governo do FHC e posteriormente com o populismo lulista/dilmista patrimonialista e intervencionista, longe de ser realmente liberal e pró-mercado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo orienta para o fato de que os governos Collor e FHC, se desenvolveram ocorreram sob a influência do Consenso de Washington. Lembramos que a ideologia de produzir muitos bens de consumo e promover sistemas de valores de mercado livre no planeta predominou por várias décadas, conforme sustentava o Consenso de Washington, termo criado em 1990 por John Williamson, do Instituto de Economia Internacional. Este consenso se tornou a ideologia oficial da nova ordem mundial. Para essa doutrina, é fundamental que capital, bens e serviços percorram facilmente por fronteiras ao redor do mundo e, a certeza de que os interesses de capital estão acima dos direitos dos cidadãos.

O Brasil estava em um momento econômico difícil nos anos 80 e 90, assim como muitos países, em especial da América Latina, e não poderia deixar de partilhar as determinações do Consenso de Washington que tinha como pressuposto auxiliar os países em desenvolvimento com seus problemas internos. Sendo assim, a proposta de abertura do livre mercado, surge como uma alternativa para os países ampliarem sua economia e ter acesso aos produtos mundiais que não são produzidos internamente.

Temos o desejo de construir uma sociedade mais justa, mais democrática e moderna, mas, por causa da atual situação em que se encontra nosso país, desigualdade social e subordinação aos grandes grupos econômicos estrangeiros, nos esquecemos muitas vezes desse objetivo. Nos últimos anos percorremos o sentido contrário, pois aumentamos o índice de desigualdade, e a nossa dependência aos países estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos. Como disse o mestre Celso Furtado, “Nunca foi tão grande a distância entre o que somos e o que poderíamos ser”.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. L. C. **O que é sindicalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANTUNES, R. L. C. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BNDES. **Privatização**. Rio de Janeiro: BNDES, 1991.

BORON, A. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. **O Pós-neoliberalismo**: As políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CASSIOLATO, J. E. **The Role of User-Producer Relations in Innovation and Diffusion of New Technologies**: Lessons from Brazil. University of Sussex, Brighton, Reino Unido, 1992.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHESNAIS, F. A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro. **Praga – Revista de Estudos Marxistas**, São Paulo, n. 3, p. 19-46, 1997.

CHESNAIS, F (Coord.). **A mundialização financeira**: gênese, custos e riscos. São Paulo, SP: Xamã, 1998.

CHESNAIS, F. Propostas para um trabalho coletivo de renovação programática. **Revista Novos Rumos**, n. 41, p. 4-18, 2004.

COGGIOLA, O.; KATZ, C. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1995.

ESTENSSORO, L. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FIORI, J. L. Ajuste, Transição e Governabilidade: o Enigma Brasileiro. In: TAVARES, M.C.; FIORI, J.L. **Desajuste Global e Modernização Conservadora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1993.

FITOUSSI, J. P. **O debate-tabu: moeda, Europa, pobreza.** Lisboa: Terramar, 1997.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HAYEK, F. A.V. **O caminho da servidão.** São Paulo: Bibliex Cooperativa, 1994.

LIST, F. **The National System of Political Economy.** London: Longmans, Green, and Company, 1885.

MATTOSO, J.E.L. **A Desordem do Trabalho.** São Paulo: Scritta, 1995.

MIRANDA, E. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, 2, p. 41-51, jan./jun. 2004.

PINHEIRO, A.; LANDAU, E. Privatização e dívida pública. **Texto para discussão**, Rio de Janeiro, n. 29, out. 1995.

POCHMANN, M. **A década dos mitos.** São Paulo: Contexto, 2001.

RESENDE, F. **A empresa pública no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1980.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: O Social e o Político Na Pós-Modernidade.** São Paulo: Afrontamento, 1994.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SINGER, P. **Uma Utopia Militante.** Repensando o Socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SINGER, P. A Raiz do Desastre social. A Política Econômica de FHC. In: LESBAUPIN, I. (Org.). **O Desmonte da Nação Balanço do Governo FHC.** Petrópolis: Vozes. 1999.

SOARES, P. **País privatizou 165 empresas entre 91 e 2002**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2112200423.htm>>. Acesso em: 22 dez. 2004.

TAVARES, M. C. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. **Economia e Sociedade**, São Paulo, n. 1, p. 21-57, ago. 1992.

TOKMAN, V. Pobreza y Homogeneización Social: Tareas para los Noventa. **Reyna**, 1995. p. 217-241.

WERNECK, R. **Empresas estatais e política macroeconômica**. Rio de Janeiro: Campus, 1987.